Economia da guerra, tributação global e solidariedade portuária: o pré-COP 31 e os impasses da saúde global

Economía de guerra, tributación global y solidaridad portuaria: la pre-COP 31 y los atolladeros de la salud global

War economy, global taxation and port solidarity: pre-COP 31 and the impasses of global health

Rafaela Venturella De Negri e
Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe, produzido na antessala da COP 31, reúne quatro campos interconectados. No panorama político-econômico, analisa o paradoxo do SIPRI para 2025 — gastos militares recordes de US$ 2,9 trilhões ao lado de um corte de 23% na ajuda oficial ao desenvolvimento — e seu custo humano mensurável; a privatização da guerra no Congo por meio da Vectus Global, de Erik Prince; a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional como oportunidade histórica de reverter as inequidades do sistema tributário dominado pela OCDE; e a greve portuária de 30 de outubro, que paralisou 113 portos em 22 países e conectou a luta contra o genocídio à crítica da austeridade em meio ao rearmamento. Em seguida, apresenta o guia da Third World Network para a COP 31 em Antália, detalhando as disputas sobre financiamento climático, mitigação, adaptação, transição justa, perdas e danos e tecnologia. Na seção de saúde, denuncia a destruição da assistência médica palestina e a censura de profissionais sob a tática da "neutralidade médica"; documenta o impacto humanitário do bloqueio dos EUA a Cuba; cobre a 2ª Conferência da Farmacêutica Pública em Frankfurt; e discute o artigo da The Lancet sobre a "armadilha do monitoramento" na saúde global, que documenta o dano sem viabilizar a responsabilização.

Palavras-chave: Economia da Guerra. Tributação Internacional. Greve Portuária. Financiamento Climático. Saúde Global.

Resumen: *Este informe, elaborado en vísperas de la COP 31, aborda cuatro ámbitos interrelacionados. En el panorama político-económico, analiza la paradoja del SIPRI para 2025 —gastos militares récord de 2,9 billones de dólares junto con un recorte del 23 % en la ayuda oficial al desarrollo— y su costo humano cuantificable; la privatización de la guerra en el Congo a través de Vectus Global, de Erik Prince; la Convención Marco de la ONU sobre Cooperación Fiscal Internacional como una oportunidad histórica para revertir las desigualdades del sistema tributario dominado por la OCDE; y la huelga portuaria del 30 de octubre, que paralizó 113 puertos en 22 países y vinculó la lucha contra el genocidio con la crítica a la austeridad en medio del rearme. A continuación, presenta la guía de Third World Network para la COP 31 en Antalya, detallando las disputas sobre financiamiento climático, mitigación, adaptación, transición justa, pérdidas y daños, y tecnología. En la sección de salud, denuncia la destrucción de la atención médica palestina y la censura de profesionales bajo la táctica de la «neutralidad médica»; documenta el impacto humanitario del bloqueo de EE. UU. a Cuba; cubre la 2.ª Conferencia de Farmacia Pública en Fráncfort; y analiza el artículo de The Lancet sobre la «trampa del monitoreo» en la salud global, que documenta el daño sin permitir la rendición de cuentas.*

***Palabras clave**: Economía de la guerra. Fiscalidad internacional. Huelga portuaria. Financiamiento climático. Salud global.*

***Abstract:** This report, produced in the run-up to COP 31, gathers four interconnected fields. In the political-economic overview, it analyzes the SIPRI paradox of 2025 — record military spending of US$ 2.9 trillion alongside a 23% cut in official development assistance — and its measurable human cost; the privatization of war in the Congo through Erik Prince's Vectus Global; the UN Framework Convention on International Tax Cooperation as a historic opportunity to reverse the inequities of the OECD-dominated tax system; and the October 30 port strike, which halted 113 ports in 22 countries and connected the struggle against genocide to the critique of austerity amid rearmament. It then presents the Third World Network's guide to COP 31 in Antalya, detailing the battles over climate finance, mitigation, adaptation, just transition, loss and damage and technology. In the health section, it denounces the targeting of Palestinian healthcare and the censorship of professionals under the tactic of "medical neutrality"; documents the humanitarian impact of the US blockade on Cuba; reports on the 2nd Public Pharma Conference in Frankfurt; and discusses The Lancet article on the "monitoring trap" in global health, which documents harm without enabling accountability.*

***Keywords:** War Economy. International Taxation. Port Strike. Climate Finance. Global Health.*

Panorama Político-econômico

Neste informe pré-COP 31 (que provavelmente será fortemente comentada em nosso próximo informe) trazemos 3 campos principais e interconectados de conteúdo: a economia da guerra, a *New UN Tax Convention*, a greve dos trabalhadores dos portos da Itália e uma palinha da COP 31 da *Third World Network* - apenas um dos tantos documentos produzidos pela rede durante o encontro das Partes.

A primeira produção que analisamos é um artigo do Stockholm International Peace Research Institute, o SIPRI, que nos ensina um paradoxo central da conjuntura global de 2025: os gastos militares mundiais atingiram o recorde enquanto as *ODAs* tiveram uma redução de 23% em relação a 2024. O dado evidencia uma escolha política deliberada de priorizar o rearmamento em detrimento da cooperação para o desenvolvimento. Governos como o alemão vinculam explicitamente os cortes na ajuda à prioridade dada à segurança militar: Berlim pretende reduzir a parcela da renda nacional bruta destinada à ajuda externa de 0,56% para cerca de 0,43% até 2029, enquanto quase dobra seus gastos militares no mesmo período. O próprio SIPRI, no entanto, demonstra que a economia obtida com os cortes cobre apenas uma fração mínima do aumento dos gastos militares, o que desmonta a justificativa de que o sacrifício humanitário financiaria proporcionalmente o rearmamento. O custo humano, por outro lado, é mensurável e alarmante: segundo estudo publicado no *The Lancet Global Health*, os cortes podem causar entre 9,4 e 22,6 milhões de mortes adicionais até 2030 por doenças transmissíveis em países de baixa e média renda — mortes evitáveis. O timing é particularmente grave, pois o número de conflitos armados ativos atingiu o maior nível já registrado (59 a 65 em 2025), e a ajuda para consolidação da paz e resiliência institucional é justamente a que está sendo reduzida. A isso somam-se os desastres climáticos, que multiplicam as necessidades humanitárias imediatas e minam as perspectivas de desenvolvimento de longo prazo. A reportagem aborda ainda a questão emergente da responsabilidade em armas baseadas em inteligência artificial, apontando uma cadeia difusa que envolve desenvolvedores, empresas,

comandantes, soldados e Estados, mas concluindo que a responsabilidade primária de garantir o cumprimento do direito humanitário internacional recai sobre os Estados. Em síntese, o texto expõe uma assimetria eloquente: os cortes na ajuda representam uma fração ínfima do financiamento militar, mas seu impacto humanitário é desproporcional e potencialmente catastrófico. Como observa o SIPRI, mesmo um retorno aos níveis pré-2025 não bastaria — antes dos cortes, os fundos já mal cobriam as necessidades globais. O paradoxo, portanto, não é apenas moral, mas também de eficácia: gasta-se recordes em segurança enquanto se desmontam as condições sociais que, em última análise, sustentam a própria estabilidade.

> *Além disso, os efeitos dos gastos com desenvolvimento e dos gastos militares ocorrem em prazos diferentes. Os gastos militares, particularmente os grandes programas de aquisição, podem levar anos para se traduzir em capacidades efetivas. Em contrapartida, as reduções na AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento) podem afetar os programas de desenvolvimento e humanitários de forma muito mais imediata, gerando também consequências de longo prazo para o desenvolvimento sustentável e a segurança humana. Esses prazos distintos dificultam ainda mais as comparações baseadas apenas em seu impacto financeiro.*
>
> *Por fim, pode-se concluir que a relação entre desenvolvimento e segurança está passando por uma mudança importante. A recente divergência entre a AOD e os gastos militares reflete a aceleração de uma tendência de longo prazo na forma como a segurança vem sendo enquadrada. Em vez de encarar a segurança como um objetivo coletivo, no qual a melhoria das condições econômicas, sociais e políticas nos Estados receptores também pode contribuir para a estabilidade internacional, muitos Estados do CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento) estão cada vez mais vendo a segurança no sentido tradicional de segurança militar e dissuasão. Embora essa mudança seja compreensível diante da percepção de ameaças militares mais imediatas, a consequência é uma tensão crescente entre diferentes narrativas de segurança e usos concorrentes de recursos públicos limitados. Em vez disso, o desenvolvimento deveria ser visto como um complemento aos gastos militares que faz parte de uma agenda de segurança mais holística.*

Nos primeiros dias de novembro, a Progressive International publicou um artigo relacionado ao mesmo tema - a indústria e economia da guerra - tendo o Congo como estudo de caso: "O Congo como local de acumulação de capital: Erik Prince e a privatização da guerra". A matéria relata como a Vectus Global, empresa de Erik Prince (sim, o fundador da Blackwater e apoiador fervoroso de Donald Trump), se estabeleceu no coração da mineração da República Democrática do Congo e atende aos interesses imperiais e corporativos dos Estados Unidos em relação a minerais críticos, além de violar a soberania do povo congolês. O acordo de US$ 700 milhões por cinco anos com o Ministério da Fazenda congolês visa melhorar a arrecadação de receitas da mineração e a coibir o contrabando na região de Catanga, rica em cobre e cobalto, o acordo continha um componente militar secreto: aconselhar o exército congolês, prover suporte tático aéreo e frotas de drones e recrutar combatentes estrangeiros. O acordo é visto como, além de um ataque à soberania do país, um crescimento desnecessário a militarização da região, aumentando os conflitos já existentes no território da RDC.

> *Erik Prince e seus apoiadores estatais não são os salvadores que o povo congolês espera para acabar com a violência das milícias e a interferência ruandesa. O homem que o governo congolês contratou para prestar serviços militares e de segurança não é um mediador neutro, nem alguém que atua fora dos próprios interesses que alimentam e lucram com esses conflitos. Ele é um criminoso que personifica o nexo entre os interesses econômicos capitalistas, a privatização da guerra e a defesa da hegemonia imperial dos EUA. Isso não é apenas uma suposição. Em um episódio de seu podcast Off Leash, Prince pediu explicitamente que os EUA retomassem um papel imperial direto, afirmando que era hora de "colocar o chapéu imperial de volta" e governar países que, segundo ele, são incapazes de se governar. Ele fez generalizações racistas abrangentes sobre a África, afirmando que a maioria de seus países não consegue administrar seus próprios assuntos.*

> *Quando seu coapresentador, Mark Serrano, observou que isso parecia um apelo ao retorno do colonialismo, Prince respondeu sem rodeios: "Com certeza, sim!"*

Da RDC para a *New UN Tax Convention*, com um *Briefing paper da Third World Network* que reflexiona sobre a última rodada de diálogos da Convenção (durante os primeiros dias de agosto), avaliando o que está em jogo nessas múltiplas rodadas de negociação que preveem o novo acordo internacional e como a convenção é uma rara oportunidade de reverter um histórico e largo processo de produção e manutenção de desigualdade.

> *Na quinta sessão de negociação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional (UNFCITC), realizada em Nova York de 3 a 13 de agosto, tornou-se indiscutível que negociações genuínas estão em curso rumo a um mecanismo para a partilha de direitos tributários entre Estados-membros soberanos, com base nas Nações Unidas. Os delegados lidaram com o texto propriamente dito ao debaterem os princípios e direitos subjacentes incorporados ao texto proposto.*
>
> *Um processo histórico para reverter uma inequidade histórica*
>
> *Essas negociações poderiam estabelecer uma nova instituição internacional de cooperação fiscal na qual todos os países soberanos tenham acesso à definição da agenda e à alocação de obrigações e direitos a serem atendidos por um secretariado que responda a todos os Estados-membros da ONU, em vez de responder apenas aos países-membros da OCDE. (É uma pena que, nesta conjuntura, os recursos do secretariado para fornecer apoio técnico estejam severamente limitados pelas restrições orçamentárias da ONU.)*
>
> *O que está em jogo nestas negociações da ONU rumo a um tratado internacional sobre a tributação de lucros e rendas internacionais?*
>
> *O sistema tributário dominante, estabelecido em uma rede de tratados sob os auspícios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), permite que empresas multinacionais e cidadãos ricos — que podem facilmente criar empresas em outros países — transfiram os lucros que obtêm em um país para outros países, como Suíça, Países Baixos e Bahamas, de modo a evitar os impostos sobre os lucros e a renda que geram no país de origem.*

Agora, das salas das Nações Unidas para os portos da Itália, onde um outro processo também histórico vem acontecendo. Os trabalhadores dos portos (*Dockworkers*) vem sendo um forte ponto de resistência ao genocídio palestino, estando intensamente organizados desde outubro de 2023, se mobilizando ao redor de greves, pontos de bloqueio e movimentos em comum com outros trabalhadores italianos. No dia 30 de outubro, trabalhadores, estudantes, professores e ativistas se juntaram aos *Dockworkers* e pararam em Génova, tendo Roma como próximo destino. Além das questões éticas e morais de se posicionar contra o genocídio, os grupos também fazem uma necessária reflexão - conectada a economia da guerra: como é possível os países envolvidos em conflitos armados, que destinam gordas fatias de seu PIB à guerra, continuarem a defender a necessidade de medidas de austeridade quando se fala em educação e saúde?

Na última sexta-feira, os estivadores de Gênova fecharam o porto, enquanto professores, estudantes e trabalhadores de toda a cidade se juntaram a eles. Agora, eles levam a luta a Roma.

Na última sexta-feira, no que os organizadores chamaram de maior ação portuária coordenada de todos os tempos, estivadores cruzaram os braços em 113 portos de 22 países em cinco continentes. A comunidade de Gênova, de fato, se mobilizou em apoio à greve nacional: cerca de 40 mil pessoas lotaram a Piazza De Ferrari, segundo a ANSA. Às 9h30, estivadores militantes bloquearam o Varco Albertazzi, um dos principais portões do porto, com pneus e sinalizadores de fumaça.

Estudantes genoveses desceram da universidade na Via Balbi e da Piazza Montano, em Sampierdarena, onde marcharam junto com eles a professora do ensino fundamental e membro da USB Anna Pedemonte. “Encontrei estudantes que vieram à minha sala de aula há dez anos”, contou ela a mim. Às 11h35, o contingente de estudantes e professores se juntou aos estivadores sob a torre Matitone. Uma cozinha de campo no portão serviu macarrão enquanto os manifestantes faziam uma pausa ao meio-dia da marcha. Às 14h40, cerca de 10 mil a 15 mil pessoas entraram no porto.

“Os estivadores querem suas mãos sujas de graxa, não de sangue”, disse Nivoi, membro da Unione Sindacale di Base (USB) e líder do coletivo de estivadores militantes conhecido como CALP. “Então temos que bloquear tudo de novo.” Do outro lado do Mediterrâneo, cerca de 3 mil estivadores e marinheiros cruzaram os braços no Pireu, na Grécia, e navios permaneceram atracados em sete portos gregos. “Não trabalharemos para as guerras deles, e não nos tornaremos forragem para os seus canhões”, disse Apostolos Kypraios, do sindicato dos engenheiros navais gregos. A greve também chegou a Valência e Algeciras, Tânger Med, portos na Turquia, Nhava Sheva na Índia e Oakland, onde a ILWU Local 10 se juntou. As paralisações variaram de duas horas no Marrocos a um dia inteiro na Itália, França, Grécia, Turquia e Índia. A campanha No Harbour for Genocide (“Nenhum Porto para o Genocídio”), de estivadores e ativistas, afirmou que a ação reteria cerca de 52 mil contêineres e US$ 2,8 bilhões em cargas.

Na Itália, a USB convocou uma greve geral e a manteve, apesar da ordem do ministro dos Transportes, Matteo Salvini, contra a greve no setor de transportes. “Não nos importamos”, disse Nivoi sobre a ordem. “Ele não entendeu que agora vamos até o fim.” Salvini, disse Pedemonte a mim, havia ordenado que os trabalhadores dos transportes voltassem ao trabalho “com um pretexto ridículo”, mas “neste estágio, todos os setores estão percebendo que só unindo forças podemos realmente expressar, com força e clareza, todas as razões que nos levam às ruas”. A USB afirma que 1,5 milhão de pessoas participaram em todo o país, enquanto o Ministério do Interior contabilizou mais de 255 mil. Em Roma, a polícia usou canhões de água e deteve oito pessoas enquanto estudantes tentavam romper até o Parlamento. Enquanto isso, em Turim, a polícia carregou e espancou manifestantes.

Ontem, a USB realizou uma assembleia nacional sob o Coliseu, em Roma, após estudantes, trabalhadores e ativistas por moradia terem acampado por duas noites na Via dei Fori Imperiali. “Temos que decidir um momento, todos juntos, em que viremos a Roma para dizer uma coisa precisa”, disse o dirigente nacional da USB, Guido Lutrario, aos repórteres. A USB declarou uma marcha nacional contra o custo de vida, o rearmamento militar e o governo, a ser realizada em 12 de dezembro.

A resposta do governo a esses protestos que se ampliam continua sendo a austeridade. “Seu governo destina 5% do PIB às forças armadas, e então você se senta à mesa com eles e eles lhe dizem: não temos dinheiro”, disse Nivoi a mim. “Há um problema político, porra. Não é um problema sindical.”

Agora, para Turquia: A COP31 - assunto que potencialmente aparecerá nos nossos próximos dois informes, conforme as organizações que acompanhamos vão publicando seus pareceres. O primeiro que trazemos é da já aqui citada *Third World Network*. O informe analítico é assinado por Radhika Chatterjee e Meena Raman e de título *“What to expect at Climate Talks in Antalya”.* Trata-se de um guia prévio sobre a COP 31 e reuniões correlatas da UNFCCC. O texto situa a conferência em um contexto de crise global — guerras ilegais dos EUA e de Israel no

Oriente Médio, crises energética e alimentar, pressões inflacionárias e protestos contra o custo de vida — e de aprofundamento dos impactos climáticos, como as enchentes devastadoras de outubro no Nepal e na China, ligadas ao derretimento glacial acelerado. Diante disso, o informe avalia que o progresso na implementação do Acordo de Paris é insuficiente: o relatório de síntese da UNFCCC sobre as NDCs indica que as emissões coletivas seguem muito aquém do necessário para manter a meta de 1,5°C ao alcance, enquanto adaptação, resiliência e perdas e danos ganham centralidade nas estratégias nacionais. O ponto central do debate sobre a lacuna de mitigação será a responsabilidade: países em desenvolvimento devem argumentar que os desenvolvidos não assumiram sua parcela justa de reduções, apesar de já terem consumido excessivamente o espaço de carbono disponível, e que os repetidos apelos à urgência do 1,5°C obscurecem a inadequação de suas ações e de seu apoio financeiro. Para o G77 e a China, a credibilidade da COP 31 será medida pela entrega de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação em escala, qualidade e acessibilidade adequadas, e propostas como roteiros de transição para fora dos combustíveis fósseis ou metas de eletrificação (esta última avançada pela presidência turca) devem encontrar resistência sem recursos correspondentes.

O informe detalha os principais pontos de atrito da agenda. O Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático (CFWP), criado pelo parágrafo 54 da decisão “Global Mutirão” de Belém, é apontado como o principal campo de batalha: países em desenvolvimento o defendem como espaço dedicado à implementação do Artigo 9.1 do Acordo de Paris, que obriga os desenvolvidos a prover recursos financeiros, enquanto a União Europeia, Suíça, Canadá, Noruega, Nova Zelândia, Japão e Reino Unido argumentam que Belém já definiu seu escopo e que novas negociações são desnecessárias. Os países em desenvolvimento insistem na inclusão do item na agenda da CMA 8, respaldados pelo LMDC, pelo Grupo Árabe e pelo G77 e China, e o tema pode se tornar o primeiro grande confronto político da conferência, sobretudo diante dos anúncios de redução de financiamento climático por Reino Unido, Canadá e Alemanha e da retirada dos EUA da UNFCCC e do Acordo de Paris. Outras propostas de agenda também devem ser contenciosas, como o item da CMA 8 sobre triplicar o financiamento de adaptação e o item da COP 31 sobre a determinação e revisão periódica dos fundos necessários ao GCF, ambos propostos pelo Grupo Africano; o diálogo conjunto sobre comércio e mudança climática; e as propostas do Grupo das Montanhas, de Kirguistão, Nepal e Butão, sobre institucionalização do diálogo sobre montanhas e sobre o aquecimento de 1,5°C nas montanhas.

Sobre o Programa de Trabalho de Mitigação (MWP), o informe explica que ele foi criado em 2021, com mandato até a CMA 8, quando as Partes devem decidir se e como ele continua. O desacordo central não é sobre a continuidade, mas sobre os princípios que regerão o futuro mandato: países em desenvolvimento, incluindo LMDC, Grupo Africano, Grupo Árabe, China, África do Sul e Índia, defendem a manutenção das salvaguardas de soberania nacional e da natureza nacionalmente determinada das NDCs, reafirmadas no parágrafo 16 da decisão 13/CMA.7, enquanto AILAC, AOSIS e a UE querem que as deliberações se guiem pelo parágrafo 1 da decisão 4/CMA.4, que estabelece o objetivo de ampliar urgentemente a ambição e a implementação nesta década. No fundo, estão diferenças históricas sobre equidade, responsabilidade histórica e a natureza das obrigações de mitigação, com temores de que um MWP fortalecido se torne veículo de pressão sobre os países em desenvolvimento para adotar metas adicionais, como a transição para fora dos combustíveis fósseis, sem compromissos correspondentes de financiamento, tecnologia e capacitação. A isso se somam propostas de alguns países desenvolvidos, como a criação de um “Comitê Permanente de Mitigação” ou de

um “Comitê Consultivo de Mitigação” ou “Mecanismo Facilitador de Ação de Mitigação”, que os developing countries veem com desconfiança.

O documento também trata da orientação adicional sobre as características das NDCs, tema que ficou pendente desde a CMA 6, em Baku, e volta à CMA 8: países em desenvolvimento querem orientação sobre adaptação, financiamento, transferência de tecnologia, capacitação e impacto das medidas de resposta dos desenvolvidos, mantendo a diferenciação entre NDCs de desenvolvidos e em desenvolvimento, enquanto EUA, UE, Reino Unido, Suíça, Austrália, Canadá, Japão e AOSIS defendem metas quantificáveis, metas absolutas de redução de emissões para todos os países e alinhamento das NDCs com o 1,5°C e com as estratégias de longo prazo. Na adaptação, o item mais importante é o avanço da decisão de Belém sobre o Objetivo Global de Adaptação (GGA), com os Indicadores de Adaptação de Belém (BAI), lista de 59 indicadores, e a Visão Belém-Adis (BAV), processo de dois anos para operacionalizar os indicadores; em Bonn (SB 64), porém, as Partes não avançaram na força-tarefa técnica porque o texto final pendia a favor dos desenvolvidos, removendo a participação das Partes e as referências a equidade e CBDR-RC e diluindo a linguagem sobre financiamento de adaptação, de modo que as negociações recomeçam em Antália. Sobre os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), o informe registra que, até 20 de outubro de 2026, 81 países em desenvolvimento haviam submetido seus planos, incluindo 29 PMAs e 17 SIDS.

No Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTPW), o foco será operacionalizar o Mecanismo de Transição Justa (JTM) após a decisão de Belém, revisar o programa e entregar as mensagens dos quinto e sexto diálogos. O ponto de atrito é a governança do JTM: países em desenvolvimento defendem um órgão constituído dedicado, com diferentes propostas — sob o guarda-chuva do JTPW com mandato ampliado, substituição do JTPW quando o JTM estiver plenamente operacional, ou trilhas paralelas complementares —, enquanto a maioria dos desenvolvidos se opõe a um novo órgão, citando restrições orçamentárias e defendendo um JTM simplificado voltado à harmonização de iniciativas fragmentadas e à mobilização de financiamento privado. Em perdas e danos, a CMA 8 deve considerar a governança do Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM), e os órgãos subsidiários analisarão o relatório conjunto do Comitê Executivo do WIM e da Rede de Santiago, incluindo recomendações da terceira revisão do WIM concluída em Belém e questões de adequação e reposição de recursos financeiros. A CMA 8 deve ainda lançar a fase técnica do segundo Balanço Global (GST 2), sem negociações, com a cofacilitação escolhida por países em desenvolvimento (via G77 e China) e por desenvolvidos e diálogos técnicos previstos para junho e novembro de 2027 e junho de 2028.

Na área de financiamento, o informe lista os subitens de agenda, incluindo o Comitê Permanente de Finanças (SCF), orientações ao GCF e ao GEF, o relatório do Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD), o Fundo de Adaptação (AF) e o Artigo 2.1(c) do Acordo de Paris e sua complementaridade com o Artigo 9, além de itens exclusivos da COP, como financiamento de longo prazo e a sétima revisão do mecanismo financeiro. Sobre o Diálogo Veredas, relativo ao Artigo 2.1(c), o texto registra que não há entendimento comum sobre seu escopo e que as discussões serão contenciosas a menos que guiadas pelas salvaguardas do parágrafo 3 da decisão de Belém — abordagem bottom-up, nacionalmente determinada, não prescritiva, não punitiva, facilitadora, respeitosa da soberania nacional, incluindo fiscal e monetária, consistente com CBDR-RC, equidade e desenvolvimento sustentável —, que os países em desenvolvimento consideram guarda-corpos fundamentais contra a implementação top-down e prescritiva defendida pelos desenvolvidos. Sobre o Fundo de Adaptação, três temas estão em pauta: os

arranjos para que sirva exclusivamente ao Acordo de Paris, a composição do Conselho e a quinta revisão do Fundo; o impasse, desde SB 62, é se haverá três decisões separadas (posição dos developing countries) ou uma única decisão em pacote (posição dos desenvolvidos), e a mudança de terminologia de "Anexo 1/não Anexo 1" para "desenvolvidos/em desenvolvimento" na composição do Conselho é considerada não negociável pelos países em desenvolvimento, pois a composição atual lhes garante representação maior que a de outros fundos climáticos multilaterais.

Em tecnologia, os itens incluem o relatório conjunto do TEC e do CTCN, a sede do Centro de Tecnologia Climática — tema prioritário para os países em desenvolvimento, com o PNUMA recomendado pelo SBI 64 e memorando de entendimento em preparação —, a terceira revisão da implementação do CTCN e o Programa Estratégico de Poznan, com ênfase na implementação do Programa de Implementação Tecnológica de Belém (BTIP) e na necessidade de financiamento adequado, previsível e sustentável. Em pesquisa e observação sistemática, o informe registra que as negociações em Bonn foram contenciosas sobre incorporar ou não a equidade na modelagem climática futura, com Índia, Grupo Árabe e Quênia a favor e UE e Reino Unido contra, e que em Antália o foco será como os achados do Diálogo de Pesquisa e do Dia da Informação da Terra (EID) se refletem no texto da decisão. Por fim, o documento aborda iniciativas presidenciais fora da negociação formal: o Acelerador Global de Implementação (GIA), segunda sessão em Antália, e a Missão de Belém para 1,5, que se conclui na CMA 8; os roteiros sobre transição para fora dos combustíveis fósseis e desmatamento, que não estão na agenda negociada por falta de consenso em Belém, mas terão diálogos de alto nível; e a Agenda de Ação da presidência turca, que propôs meta de eletrificação de 35% da demanda final de energia até 2035, tema que pode se tornar contencioso caso se pretenda incluí-lo nos resultados oficiais negociados, inclusive por meio de uma "cover decision" cuja própria existência e processo de elaboração devem ser objeto de disputa. Vale a pena a leitura do documento que está aqui.

Saúde

Em Saúde, trazemos um boletim informativo sobre Gaza - seguindo com nosso compromisso de mostrar os efeitos do genocídio na saúde palestina; uma reportagem sobre os efeitos do bloqueio genocida dos EUA a Cuba, atualizações sobre iniciativas de *Public Pharma* e um artigo muito interessante da The Lancet comentando a já muito mencionada reforma da saúde global.

Após 3 anos de genocídio intenso, o sistema de saúde palestino continua a ser um dos alvos principais de Israel. Trabalhadores da saúde são assassinados e presos, centros de cuidado e hospitais (os que ainda restam) são constantemente bombardeados e a entrada de medicamentos é altamente controlada.

> *Três anos após o genocídio em Gaza, a assistência médica palestina continua sendo um alvo para Israel. Profissionais de saúde como o Dr. Hussam Abu Safiya permanecem presos, enquanto outros enfrentam riscos diários para suas vidas e suas famílias. No final de setembro, Bashir al-Bursh, filho do diretor-geral do Ministério da Saúde de Gaza, Dr. Munir al-Bursh, foi atingido por um drone após sair da tenda de sua família. Seu caso é um entre muitos testemunhos das táticas criminosas da ocupação. Apesar do genocídio em curso, os governos do Norte Global ainda não mudaram significativamente seu discurso sobre Israel — nem sua cooperação com empresas que apoiam os crimes da ocupação. A Palantir se destaca entre essas empresas, mantendo ainda contratos significativos em toda a Europa. No início de outubro, profissionais de saúde e ativistas organizaram mais de 40 ações em todo o Reino Unido para exigir o fim da presença da empresa de tecnologia de vigilância no Serviço Nacional de Saúde (NHS)."*

Num movimento similar - também genocida - o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba e sua intensificação recente sob a administração de Trump e Rubio, tem levado a um aumento expressivo das mortes na ilha. A reportagem da *People's World* em forma de narrativa de memória do pediatra que visitou a ilha em 1994, documenta o impacto humanitário por meio de indicadores de saúde: a taxa de mortalidade geral subiu de 9,5 por 1.000 em 2014 para 14,2 em 2025, e a taxa de mortalidade infantil, que caíra de 87,1 em 1950 para 4,0 em 2018, voltou a subir para 7,6 em 2021 e 9,9 em 2025 — com 653 mortes de bebês em 2025, contra 65 em 2018, apesar do número menor de nascimentos. O texto lista os mecanismos do dano: 7.000 contêineres com suprimentos médicos e medicamentos retidos em docas por medo de sanções; farmácias vazias pela impossibilidade de importar matérias-primas; água escassa ou contaminada pela falta de combustível e peças para instalações de tratamento; escassez de alimentos; emigração de profissionais de saúde; cirurgias paralisadas (mais de 100 mil cubanos à espera, 12 mil crianças); bebês prematuros sem incubadoras ou respiração assistida; e queda da taxa de sobrevida da leucemia infantil mais comum de 90% para 50% pela indisponibilidade de medicamentos anticancerígenos.

> *O que começou como um bloqueio econômico dos EUA que dura décadas transformou-se em um verdadeiro estado de sítio para Cuba. Com o governo Trump impondo um estrangulamento total do petróleo ao país em meio a uma crise humanitária crescente, vidas vulneráveis estão sendo perdidas.*
>
> *A falta de eletricidade leva à escassez de alimentos e água, à ausência de ar-condicionado e a transporte limitado para os serviços. A escassez de suprimentos e energia paralisa cirurgias. A maioria dos medicamentos está indisponível e, sem eletricidade, os hospitais ficam às escuras e incapacitados.*
>
> *Esse ataque dos EUA põe todos em risco, mas especialmente crianças muito pequenas, idosos e doentes crônicos. A taxa de mortalidade geral de Cuba, de 9,5 mortes por 1.000 pessoas em 2014, subiu para 14,2 em 2025.*
>
> *Como pediatra, o dano extraordinário causado aos bebês me preocupa particularmente. O aumento da taxa de mortalidade infantil (TMI) — o número de crianças por 1.000 nascimentos que morrem no primeiro ano de vida — conta essa história. Em 1950, a TMI de Cuba era de 87,1. Caiu para 61,7 em 1960, 38,5 em 1970, 9,94 em 1990, 6,13 em 2000 e 4,0 em 2018.*
>
> *A TMI então subiu para 7,6 em 2021, durante a pandemia de COVID-19, e para 9,9 em 2025. Observadores dizem que muito mais bebês estão morrendo agora por causa do bloqueio petrolífero dos EUA imposto por ordem do presidente Donald Trump em 29 de janeiro de 2026.*
>
> *Um panorama mostra que apenas 65 bebês morreram em Cuba em 2018, quando nasceram 116.333 bebês; 752 morreram em 2021, quando os recém-nascidos somaram 99.096; e 653 morreram em 2025, ano com apenas 68.064 nascimentos.*
>
> *O dano à saúde e aos serviços de saúde se manifesta de várias formas, incluindo:*
>
> *Companhias marítimas, temendo sanções dos EUA, deixaram 7.000 contêineres encalhados em docas longe de Cuba. Eles contêm suprimentos médicos e medicamentos encomendados no exterior.*
>
> *As prateleiras das farmácias estão quase vazias. Graças ao bloqueio, Cuba não pode mais importar matérias-primas necessárias para fabricar seus próprios medicamentos.*
>
> *A água é escassa ou contaminada porque faltam combustível e peças de reposição para as instalações de tratamento e muitas bombas não funcionam.*
>
> *Falta comida devido à escassez de combustível para as operações agrícolas e as entregas.*
>
> *Faltam profissionais de saúde. Muitos emigraram, em parte devido à escassez relacionada ao bloqueio.*
>
> *Quando falta eletricidade, médicos e enfermeiros trabalham no escuro, ou não conseguem trabalhar de forma alguma.*
>
> *Bebês prematuros que precisam de respiração assistida e/ou incubadoras com aquecimento sofrem ou morrem por falta de eletricidade.*
>
> *Mais de 100 mil cubanos que precisam de cirurgia têm de esperar, 12 mil deles crianças.*

Medicamentos anticancerígenos que salvam vidas podem estar indisponíveis, incluindo o agente que possibilita uma taxa de sobrevida de 90% para a forma mais comum de leucemia infantil. A taxa caiu para 50%.

Crianças são prejudicadas

Nos EUA, profissionais de saúde e outros há muito pedem o reconhecimento precoce de crianças feridas por violência infligida. O artigo marco do pediatra Henry Kempe, Battered-Child Syndrome (1962), os esclareceu. Trabalhando como médico de crianças, eu estava aprendendo essa mesma realidade no exercício da profissão.

Crianças se refrescam na porta de casa durante um apagão em Havana, 14 de julho de 2026. Crianças, idosos e doentes em Cuba são os mais atingidos pelas políticas dos EUA, mas ninguém escapa à brutalidade. | Ramon Espinosa / AP

Ao visitar Cuba em 1994, juntei-me a um cirurgião pediátrico em visita a um hospital de Havana. Ele apontou para duas meninas no pós-operatório. Cada uma havia danificado o esôfago ao engolir hidróxido de sódio na forma de soda cáustica. O cirurgião havia substituído a parte danificada do esôfago por um trecho de cólon. Ele havia realizado essa operação mais de 80 vezes.

Eu sabia, como estudante de medicina, que a chamada esofagite corrosiva era uma relíquia do passado. Antes de o sabão estar disponível comercialmente, as pessoas fabricavam seu próprio sabão a partir da soda cáustica derivada das cinzas de madeira. Crianças pequenas, explorando, engoliam-na. O cirurgião explicou que Cuba não tinha sabão.

Soube depois que um representante do Departamento de Estado dos EUA disse ao fabricante espanhol da maior parte do sabão de Cuba que vender sabão a Cuba faria com que perdesse seu mercado nos EUA. Um fabricante de sabão mexicano recebeu a mesma mensagem.

O bloqueio dos EUA materializou-se diante de mim. Parecia abuso infantil. Afirmei isso em um artigo (Monthly Review, outubro de 2002) sobre o bloqueio. Ele oferecia mais fervor righteous do que análise.

Por que o bloqueio?

A política dos EUA em relação a Cuba tem impulso próprio. A compulsão de Washington de dominar na região e sufocar a revolução social a impulsiona. Os EUA buscam tornar os cubanos miseráveis o suficiente para se levantarem e derrubarem seu governo, abordagem delineada pela primeira vez pelo funcionário do Departamento de Estado Lestor Mallory em 1960.

As raízes vão ainda mais fundo, porém. Os governos dos EUA buscam controlar ou possuir Cuba desde a época do presidente Thomas Jefferson. A Doutrina Monroe, de 1823, preparou o terreno para as intervenções dos EUA em toda a América, incluindo Cuba. A Estratégia de Segurança Nacional recentemente emitida pelo governo Trump delineia foco especial dos EUA no Hemisfério Ocidental e, por implicação, em Cuba.

Depois que as forças revolucionárias tomaram o poder em Cuba em 1959, o país abandonou uma relação anterior de serviço aos Estados Unidos. Muitos outros países da região continuariam exportando minerais, petróleo e commodities agrícolas, mantendo uma força de trabalho de baixos salários para produzir bens de consumo baratos para exportação e pagando dívidas devidas a bancos do Norte.

As relações de Cuba com os Estados Unidos, e com o capitalismo do Norte em geral, foram colocadas em uma base diferente. A Cuba socialista, por sua própria existência, oferecia uma reprimenda implícita, mas forte, ao capitalismo dos EUA e ao seu funcionamento. Fazia-o a partir de uma posição de compromisso de proteger e elevar todos os cubanos.

Os governantes em Washington ofenderam-se e cansaram-se da influência do exemplo da Revolução Cubana entre forças progressistas em outras partes da região. Ativistas de esquerda em muitos países estavam aprendendo sobre a assistência de Cuba aos sul-africanos na luta contra o apartheid, sobre pessoas pobres por toda parte cuidadas por médicos cubanos e sobre a defesa de Cuba da integração latino-americana e da independência das intervenções dos EUA.

Estrategistas dos EUA temiam um papel forte de Cuba na formação do que parecia ser o início de uma força de oposição continental, multinacional, contrária aos desígnios dos EUA. A participação de Cuba na criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) certamente suscitou tais suspeitas.

A experiência e a defesa de Cuba podem ter contribuído para a consciência de um modo diferente de desenvolvimento econômico e social. A assistência externa que os países recebiam de

Cuba naqueles anos vinha sem as exigências que normalmente acompanham os pacotes de ajuda dos EUA que servem aos interesses aquisitivos do capitalismo estadunidense.

Com o combustível em falta devido ao bloqueio dos EUA, uma cubana depende de uma bicicleta para transportar sua filha em Havana, 8 de maio de 2026. | Ramon Espinosa / AP

Essa possibilidade certamente foi um fator para persuadir países a se agarrarem à participação da China em seu desenvolvimento econômico. O crescimento do comércio chinês tornou-se outro fator atribuído à suposta influência de Cuba.

Os governantes dos EUA, dentro e fora do governo, estão compreensivelmente cheios de ira no que diz respeito a Cuba. Essa é a base para terem chegado a uma política de bloqueio econômico para fazer desaparecer o governo revolucionário de Cuba.

A história passada sugere que o governo dos EUA provavelmente manterá o curso e não medirá esforços, nem mesmo as mortes de mais crianças.

O embaraço de longa data dos EUA em relação a Cuba é mais um fator a considerar. Dos poucos governos liderados por comunistas no mundo, o do Hemisfério Ocidental está logo ao largo da costa da maior potência militar do mundo. Se o governo revolucionário terminasse, essa contradição evidente desapareceria de imediato.

O trabalho pela frente

Em uma visita passada à ilha, falei sobre o bloqueio dos EUA com um ativista comunista norte-americano. Quando argumentei que os socialistas devem garantir uma parcela do poder político dos EUA para acabar com o cerco, ele contrapôs que a prioridade era alcançar a corrente política dominante para construir um consenso amplo.

Niala Gonzalez, paciente com câncer, é beijada por sua mãe no Instituto Nacional de Oncologia e Radiologia em Havana, Cuba, 20 de fevereiro de 2026. O sistema de saúde de renome mundial de Cuba está sob intensa pressão devido à escassez de energia e à falta de suprimentos médicos. | AP

Embora bem-intencionado, esse conselho era inadequado então e continua sendo agora. Além de detalhar o sofrimento causado pelas políticas dos EUA e analisar os motivos subjacentes de Washington, este relatório aponta para uma ação urgente e concreta:

Solidariedade internacional: conectar organizadores dos EUA diretamente a redes globais que lutam contra o bloqueio.

Força organizacional: consolidar os grupos de solidariedade existentes nos EUA para aumentar seu impacto e eficácia.

Coalizão trabalhista: engajar os sindicatos dos EUA a adotar a luta de Cuba e a se associar a organizadores trabalhistas cubanos.

Poder político: construir um movimento socialista unificado nos EUA equipado para forçar uma política externa justa em relação a Cuba e perseguir uma visão de governo transformadora em casa.

Após a eleição de 3 de novembro de 2026, o Partido Democrata deve controlar o Congresso que toma posse — uma mudança fundamental, dado que a lei federal concede ao Congresso, e não ao presidente, a autoridade exclusiva para levantar o bloqueio. Com o panorama legislativo redesenhado, chegou o momento de agitação popular incansável para exigir que o Congresso finalmente ponha fim a este cerco.

Sobre a *Public Pharma*, a reportagem publicada no *Peoples Health Dispatch* em 22 de outubro de 2026, cobre a 2ª Conferência da Farmacêutica Pública, realizada em Frankfurt nos dias 22 e 23 de outubro, que deu continuidade a cerca de dois anos de trabalho da Coalizão Farmacêutica Pública para a Europa. O evento reuniu profissionais de saúde, ativistas e defensores do acesso a medicamentos com o objetivo de construir uma visão alternativa para o setor farmacêutico europeu, livre da influência das grandes farmacêuticas, e de fortalecer os laços para torná-la realidade em uma região onde o lobby do setor permanece extremamente influente. O primeiro dia focou na expansão da coalizão e no cenário global em transformação, marcado pela crescente preocupação com a disponibilidade e a acessibilidade dos medicamentos na Europa. Os palestrantes — entre eles Gaëlle Krikorian, Tim Joye (presidente da Medics for the People), a pesquisadora Tineke Kleinhout-Vliek e Jan Wintgens (coordenador

do programa Farmacêutica Pública do Movimento pela Saúde dos Povos na Europa) — detalharam como um sistema dependente das grandes farmacêuticas aprofunda esses problemas, mas também destacaram que alternativas já existem: Kleinhout-Vliek apontou dezenas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de medicamentos na Europa apoiados pelo setor público, observando que isso, antes restrito a áreas de "falha de mercado", agora avança também para medicamentos lucrativos.

A conferência reconheceu que o aumento dos preços dos medicamentos na Europa tornou o problema mais visível do que em anos anteriores, quando os sistemas de seguridade social ainda garantiam acesso aos pacientes; hoje, as grandes farmacêuticas impõem preços exorbitantes a novos produtos enquanto os próprios sistemas de seguridade social são minados pela austeridade. Os efeitos são sentidos em toda a região, com exemplos da Bélgica — o caso de uma família forçada a arrecadar quase € 2 milhões para uma injeção contra atrofia muscular espinhal para um bebê — e da França, onde os preços atuais vêm deixando pacientes e farmacêuticos "fora de si" e tornando-os mais críticos ao sistema como um todo. Palestrantes e participantes concordaram que esses desenvolvimentos não podem ser separados do enfraquecimento da posição dos Estados Unidos no mundo: Joye citou o corte de 1.200 empregos pela GSK na Bélgica — não por dificuldades financeiras, mas para transferir parte das operações aos EUA sob influência do governo Trump — e observou que as pessoas na Europa estão cada vez mais assustadas com a guerra, devido à corrida armamentista de seus governos, e com a perda de empregos, enquanto políticos usam esse medo para aumentar o poder das multinacionais em vez de mudar o sistema.

> *Experiências do socialismo e do Sul Global*
>
> *À medida que a coalizão europeia da Farmacêutica Pública continua a crescer em número, ela permanece atenta a experiências do passado, incluindo a produção pública de vacinas na Dinamarca, nos Países Baixos e nos antigos Estados socialistas da Europa Oriental — como apresentado por David Franco, da Farmacêutica Pública para a Europa, e Goran Jeras, da Cooperativa para o Financiamento Ético.*
>
> *A 2ª Conferência da Farmacêutica Pública reuniu dezenas de ativistas de toda a Europa. Fonte: Sofie Blancke/MPLP-GVHV*
>
> *Mas a plataforma também está olhando para exemplos práticos de orientar a pesquisa e a produção farmacêutica para longe de um modelo de lucro. Isso inclui o trabalho de cientistas cubanos, que alcançaram avanços inovadores apesar do bloqueio em curso imposto pelos EUA, bem como institutos de pesquisa médica no Brasil e esforços para estabelecer a produção pública de terapias no Canadá.*
>
> *Gerardo Guillén, do Centro de Inovação Biotecnológica China-Cuba, vinculou os avanços da ilha — incluindo terapia com interferon, tratamentos inovadores para pé diabético e medicamentos contra a COVID-19 — à assistência à saúde centrada nas pessoas erigida após a revolução.*
>
> *A pesquisa e a inovação persistentes de Cuba não podem ser separadas do apelo de Fidel Castro por uma revolução baseada na ciência — uma ciência que sirva às necessidades do povo — , apontou Guillén.*

Nossa última peça de análise é um belíssimo artigo da *The Lancet*! *"Beyond monitoring misery during conflict: the political economy of global health reform"* traz uma constatação central: pesquisadores da saúde global, agências da ONU e doadores tornaram-se especialistas em documentar a deterioração da saúde das populações durante conflitos, mas essa documentação não impediu que a deterioração continuasse. Com base em 15 anos de pesquisa de campo na Síria, no Líbano, em Gaza e na Jordânia, os autores argumentam que parte do fracasso da arquitetura global da saúde decorre não apenas de violações do direito internacional humanitário, mas de seu desenho como empreendimento técnico desvinculado da economia

política do poder, do financiamento e da governança. Na prática, o sistema foi estruturado para documentar o dano, e não para responsabilizar alguém por ele. Os autores distinguem a neutralidade humanitária — entendida como o dever operacional de assistir todos os civis — da neutralidade técnica, que exclui a responsabilização política de modo a proteger relações institucionais e financiamentos. A partir dessa distinção, definem uma abordagem de economia política da saúde, identificam atores específicos capazes de mudar o sistema e reconhecem tanto os efeitos reais, ainda que desiguais, da documentação quanto as restrições estruturais que qualquer reforma deve enfrentar — soberania, dependência de doadores e interesses consolidados. Por fim, propõem seis mudanças concretas para deslocar a saúde global do monitoramento do dano e da miséria para a viabilização da responsabilização.

> *"A armadilha do monitoramento*
>
> *Pesquisadores da saúde global e formuladores de políticas da ONU tornaram-se especialistas em documentar a deterioração da saúde das populações durante conflitos. Todo conflito produz um ciclo familiar de comentários. Hospitais são bombardeados; acadêmicos fazem apelos apaixonados para que o direito internacional humanitário seja respeitado e para que os princípios humanitários prevaleçam. Esse ciclo também é desigual: a atenção do mundo, e o volume de comentários acadêmicos e midiáticos, acompanha mais o interesse geopolítico e econômico do que a escala do dano, de modo que algumas catástrofes dominam a cobertura enquanto crises semelhantes ou maiores no Sudão, no Sahel e em Mianmar atraem pouca atenção. A amplificação seletiva de conflitos prioritários pode aprofundar ainda mais essa desigualdade. No Líbano, a campanha de Israel deslocou permanentemente mais de 1 milhão de civis e matou mais de 4.000 civis, incluindo profissionais de saúde, com ataques sustentados a Tiro e outros centros populacionais; especialistas em direitos humanos da ONU concluíram que esses ataques violaram os princípios do direito internacional humanitário de distinção, proporcionalidade e precaução. As forças israelenses posteriormente avançaram além do rio Litani na incursão mais profunda em uma geração, tomando o Castelo de Beaufort — uma fortaleza medieval protegida pela UNESCO e símbolo da invasão israelense de 1982 e da ocupação que se seguiu."*

Frente às constantes — e muito necessárias — conversas ao redor da reforma da saúde global, indicamos fortemente a leitura do artigo.